

A PRECÁRIA INFRAESTRUTURA DE OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO CASO DA ALIENAÇÃO DO SISTEMA SÃO PAULO DA LIGHT: UMA NOTA DE PESQUISA*

INFRASTRUCTURE'S WEAKNESS FROM ELECTRICITY SUPPLY CONCERNING INDUSTRIALIZATION OF RIO DE JANEIRO AREA IN THE CASE OF THE SÃO PAULO LIGHT SYSTEM SALE: A RESEARCH NOTE

Marcelo Costa Ferreira

 <https://orcid.org/0000-0002-0167-5080>

Correspondência: mcfpolitica@gmail.com

Professor e pesquisador da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.89399

Recebido em: 29 jan. 2025 | **Aceito em:** 01 fev. 2025

RESUMO

Esta nota de pesquisa analisa de forma objetiva um dos aspectos da história econômica, política e administrativa da atual crise estrutural do atual Estado do Rio de Janeiro, referentes as dificuldades da oferta de energia elétrica no antigo estado da Guanabara e do atual Estado do Rio de Janeiro em face da relação entre a administração pública federal, os empresários da então Federação das Indústrias do Estado na relação com a Light canadense. As fontes de pesquisas são entrevistas ou depoimentos já coletados, além de documentos depositados na Memória da Eletricidade e no Arquivo Nacional. Conclui-se que ora por omissão ora, por atuação controversa do governo federal, foram colocados entraves que dificultaram a industrialização no Rio de Janeiro como a alienação do sistema São Paulo da Light para o Estado de São Paulo via Eletropaulo.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; industrialização e energia elétrica; Light; Brasil.

* Esta nota de pesquisa é uma versão muito expandida e reformulada da parte referente a infraestrutura de energia elétrica do trabalho apresentado no I Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (I SEERJ) e III Seminário de Economia Fluminense (III SEF) em novembro de 2024, denominado “Dois fatores das gêneses das crises estruturais do atual Estado do Rio de Janeiro e o imperativo da agenda orçamentária: uma nota de pesquisa.”

O autor é o único responsável por eventuais erros ou limitações desta nota de pesquisa, que por sua vez não representa nenhum posicionamento das instituições as quais o autor é membro – UniRio e OAB/RJ; e muito menos de nenhuma das pessoas de Direito Público e privado aqui mencionadas, do qual destaca-se o atual grupo Light S/A. Parte da coleta de dados aproveitados nesta pesquisa iniciou-se em 2018 quando o autor era professor da Unifesp.

 Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

ABSTRACT

This research note analyzes one of many aspects of the economic, political and administrative history of the current structural crisis in the current State of Rio de Janeiro, referring to the difficulties in supplying electricity in the former state of Guanabara and the current State of Rio de Janeiro in view of the relationship between the federal public administration, businesspeople from the then Federation of State Industries in the relationship with Canadian Light company. The research sources are interviews or statements already collected, in addition to documents deposited in the Memória da Eletricidade and the Arquivo Nacional. It is concluded that either through omission or through controversial actions by the federal government, obstacles were placed that hindered industrialization in Rio de Janeiro, such as the transfer of the São Paulo system from Light to the State of São Paulo via Eletropaulo.

Keywords: Rio de Janeiro; industrialization and electrical energy; Light; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Esta nota de pesquisa discute um dos fatos políticos e econômicos que explicam a atual crise do Estado do Rio de Janeiro: a questão da oferta de energia elétrica para as indústrias locais e o impacto da cisão e repasse do sistema São Paulo da Light para a extinta em 1997 Eletropaulo – com nítidos prejuízos a Light do Rio de Janeiro e respectivo Estado. As reclamações na antiga Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, atual Firjan, são antigas e recorrentes desde 1961, e o atual grupo Light S/A em 2025 enfrenta recorde na taxa de energia consumida e não paga – conhecido coloquialmente como “Gatos¹”. Argumenta-se neste texto que muitos destes problemas são decorrentes de ações e omissões da administração pública federal na relação com e então Light Serviços de Eletricidade S/A, de capital canadense – além dos desafios da

¹De acordo com o *Release* de resultados 1/T4 da Light: “Como resultado, nos últimos 12 meses encerrados em março/24, as perdas totais ex-REN avançaram 1.417 GWh quando comparado ao mesmo período do ano anterior, acompanhando o aumento de 2.226 GWh na carga fio no mesmo período. O indicador de perdas totais ex-REN sobre a carga fio atingiu 29,2% nos 12 meses encerrados em março/24, com avanço de 2,2 p.p. na comparação anual. O indicador de perdas não-técnicas ex-REN e itens não recorrentes sobre o Mercado Baixa Tensão (PNT/MR) atingiu 65,1% nos 12 meses encerrados em março/24, 6,7 p.p. acima do mesmo período do ano anterior. O crescimento das perdas não técnicas ex-REN foi de 1.130 GWh no acumulado de 12 meses. [...] Quando comparado ao patamar regulatório, no 1T24, o indicador de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão (12 meses) estava 25,0 p.p. acima dos 40,04% reconhecidos na tarifa, conforme parâmetros definidos pela ANEEL na Revisão Tarifária (RTP) de março/22. A diferença entre a perda real e a perda regulatória dos últimos 12 meses representou um impacto negativo de R\$1,19 bilhão no EBITDA da Distribuidora”. Os Releases posteriores desagregam áreas de perdas não técnicas por áreas convencionais e áreas de alto risco, e não existem nessas divulgações do setor de relacionamento de investidores do atual grupo Light S/A a desagregação da perda não técnica de energia por furto pelo total de energia comercializada para o ano de 2024.

industrialização em face do elevado custo de geração² e transmissão³ de energia elétrica no Rio de Janeiro em comparação com São Paulo.

Este artigo está dividido em mais seis seções. A próxima irá apresentar os acervos e depoimentos utilizados; a posterior as demandas de energia no município do Rio de Janeiro – então Estado da Guanabara; a quarta a atuação da Light canadense em São Paulo e na Guanabara; a quinta os motivos da cisão da Light e na sexta seção temos a conclusão, ou seja, um resumo do argumento aqui apresentado com uma breve análise da hipótese da opção ora do modelo paulista vigente de combinação CESP e a São Paulo Light ora do Governo Federal em construir Brasília e o deslocamento de Furnas no planejamento de oferta de energia elétrica para o Rio de Janeiro pela influência de Minas Gerais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta nota de pesquisa tem como base temas laterais que emergem em duas das pesquisas realizadas pelo autor “História do Departamento Jurídico da Light canadense (1899-1996)” e “História da Procuradoria Geral do Rio de Janeiro e suas antecessoras: (1899-1983). No caso em tela, serão analisados informações coletadas nas seguintes fontes: Boletins das Federações de Indústrias do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e do Estado da Guanabara; do processo judicial Light x Eletropaulo nas Justiças Estadual e Federal de São Paulo⁴; dos Fundos Arquivísticos SNI, Arquivo Nacional; Paulo Richer e Tulio Romano no acervo da Memória da Eletricidade, além do acervo textual do Presidente Geisel no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro⁵.

Não foi realizada uma pesquisa bibliográfica como etapa da pesquisa, apenas foram aproveitados diversos textos de Biografia ou relatos que já eram de conhecimento do autor nas áreas de pesquisa do mesmo.

²Trata-se dos custos financeiros de construção de barragens e usinas Hidrelétricas para geração de energia, dado que outras formas de geração de energia têm custos mais elevados do que a Hidroelétrica.

³São os custos financeiros envolvidos na instalação e gestão de torres e linhas de transmissão de energia elétrica.

⁴As informações dos processos judiciais tiveram uso muito limitado neste texto em face dos limites de páginas. Mesmo assim, foram muito úteis para entender a dinâmica do risco jurídico e financeiro envolvido na alienação do sistema São Paulo da Light para a Eletropaulo.

⁵Leitores(as) com pouca ou nenhuma familiaridade com personagens ou instituições do Brasil entre 1950 em diante podem consultar o Dicionário Histórico e biográfico do Cpdoc na FGV/RJ no sítio deles na Internet <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/dhbb>, ou no caso do setor elétrico o sítio na Internet da Memória da Eletricidade <https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/>.

3 AS DEMANDAS DE ENERGIA ELÉTRICA PELO SETOR INDUSTRIAL NO ESTADO DA GUABANARA

Uma primeira dimensão da crise atual carioca/fluminense seria o custo da matriz energética, além da oferta de eletricidade atrelada à Industrialização e as redes de transmissão de Eletricidade. O antigo Distrito Federal no Rio de Janeiro (1933-1960) tinha uma economia fortemente baseada na presença da administração pública federal.

Neste contexto, as dificuldades de crescimento da indústria também no antigo Estado do Rio de Janeiro, capital Niterói tinham no elevado custo de geração e transmissão de energia elétrica no Rio de Janeiro – ao contrário de São Paulo, situação essa prejudicial a industrialização conforme diversas reportagens nos Boletim da FIFDF e FIEGA. Não seria possível nos limites de uma nota de pesquisa analisar todo o material do periódico Guanabara Industrial da antiga FIEGA, mas a Tabela 1 abaixo descreve a importância do tema na agenda da Indústria do antigo Estado da Guanabara.

Tabela 1 – Reportagens na Revista da FIEGA “Guanabara Industrial” acerca o tema da Energia Elétrica⁶ 1961-1970⁷ (Continua)

Ano/Data	Título da matéria
Janeiro de 1961	Dificuldades da Rio Light em fazer novas instalações
Outubro de 1961	Carência de Energia para a indústria
Dezembro de 1962	Problema na distribuição de energia
Março de 1963	Furnas: mais energia para o Rio Industrial
Julho de 1963	Light pede a usina Piraquê no Rio
Julho de 1963	Mais energia elétrica para o Rio
Julho de 1963	Racionamento de energia elétrica
Agosto de 1963	Debate sobre o problema da energia elétrica no Rio de Janeiro
Agosto de 1964	Chevasp responde a Fiega/Cirj: todos os esforços para a instalação da central Termo elétrica em Santa Cruz
Abril de 1965	CB [Presidente da República Castelo Branco] tem data com a indústria
Maio de 1965	Indústrias criaram a GB e o RJ
Maio de 1965	História da Guanabara
Setembro de 1965	Reportagem de vanguarda: plano quinquenal irá ampliar serviços de eletricidade no Rio
Maio de 1965	Ministro explica o problema da energia no país
Abril de 1967	Guanabara prejudicada
Abril de 1967	Mudança de ciclagem é ônus do governo federal
Agosto de 1967	Vitoriosa a campanha pela ajuda federal
Agosto de 1967	VII reunião setorial dos fabricantes de equipamentos de produção, Transmissão e distribuição de eletricidade
Outubro de 1967	Bilhões para a mudança de frequência

⁶A revista não foi publicada nos anos de 1973, 1974 e 1975.

⁷Não foi criada a revista “Rio de Janeiro Industrial” com a intervenção e fusão dos antigos Estados da Guanabara (1960-1975) e Rio de Janeiro Capital Niteroi (1835-1975).

ARTIGO | A Precária Infraestrutura de Oferta de Energia Elétrica para a Industrialização do Rio de Janeiro no Caso da Alienação do Sistema São Paulo da Light: uma Nota de Pesquisa

Outubro de 1967	Guanabara em condições de receber novas indústrias
Outubro de 1967	Indústria carioca presta justa homenagem a diretora da Light
Outubro de 1967	Energia problema de todos
Abril de 1968	Financiamento para mudança de ciclagem volta para o debate
Outubro de 1968	Conversores de frequência
Outubro/Novembro de 1970	Continuidade do programa de energia é a grande meta

Fonte: Elaboração do autor desta pesquisa.

O dilema enfrentado pela indústria da Guanabara é perfeitamente resumido no trecho do discurso abaixo do então Presidente da Fiega em outubro de 1967, (Fiega, 1967, p.02-03):

“[...] Contudo, esta utilidade básica [oferta de energia elétrica para Guanabara], nos últimos anos, tem se apresentado como elemento limitador do nosso desenvolvimento em face das crises cíclicas que tem sofrido em virtude da incapacidade das usinas produtoras de atender à demanda crescente de Energia. [...]” (Fiega, 1967, p.02-03, grifo nosso).

O depoimento do ex-Presidente da Eletrobrás Paulo Richer (Richer,1991) também reforça o posicionamento da Fiega:

“[...] Mas a oferta de energia estimulou a existência da indústria paulista. Por exemplo, a indústria de fiação e tecelagem produzia o algodão na região interiorana de São Paulo [...] Todas as grandes tecelagens eram em São Paulo, porque, como o produto final envolve muita incorporação de tecnologia, ele permite transporte de distâncias maiores. O Rio de Janeiro ficou sem nenhuma indústria. Verifique que o Rio não tem nenhuma indústria, talvez pela limitação da quantidade de energia. [...]” (Richer,1991, grifo nosso).

4 A ATUAÇÃO DA LIGHT CANADENSE EM SÃO PAULO E NA GUANABARA

Os Estados de São Paulo e Distrito Federal (Rio de Janeiro); Guanabara e alguns municípios do atual Estado do Rio de Janeiro eram atendidos pelas subsidiárias da Brazilian Traction Light and Power no período entre 1899 a 1978, que em 1967 passou a ser denominada como Brascan: The Rio de Light and Power – posteriormente Rio Light serviço de eletricidade e carris; e The São Paulo Light and Power – posteriormente São Paulo Light serviços de eletricidade S/A.

As duas “Lights” sofreram uma fusão⁸ em uma única empresa em 1967, fazendo então 2 sistemas interligados: o Sistema Rio e o Sistema São Paulo, sendo a sede formal da empresa em São Paulo, mas na prática a mesma funcionava no Rio de Janeiro. (Serviço Nacional de informações, 1979).

Os investimentos na expansão da energia elétrica passavam por momentos complicados em face da instabilidade política e do elevado risco jurídico no Brasil: de um cenário ultra liberal para as empresas privadas até 1932 – época da edição do código de águas; até a forte liderança das empresas públicas e estatais na geração, transmissão e distribuição de energia coroada com a criação da Eletrobrás em 1962, no qual as duas Lights até fizeram algumas expansões nas redes com empréstimos da UsAid na década de 1960 - que foram descontinuados em face da expectativa que era uma questão de tempo a estatização da Light pelo governo federal (Boa Nova, 2002, p.37).

Havia diferenças na rentabilidade dos sistemas Rio e São Paulo, além das diferenças de culturas organizacionais. No primeiro caso, de acordo com (Tendler, 1964, p.33) o relevo geográfico no Estado de São Paulo, como as montanhas da Serra do Mar, facilitou as retificações nos rios para gerarem água para a criação de um lago – hoje conhecido como represa Billings – que por sua vez desemboca na queda de água que gira as turbinas da Usina de Cubatão (Henry Borden).

O sistema São Paulo sempre será muito rentável pela elevada concentração demográfica – consumidores residenciais; e a quantidade de indústrias em número muito maior do que o Distrito Federal (RJ) – depois sucedido pelo Estado da Guanabara em 1960. No caso carioca, segundo (Tendler, 1964 p. 95 *apud* USAID, 1965) Novaes, 2009, p. 39), na Rio Light o relacionamento com a administração pública era muito mais difícil, os custos eram maiores e a rentabilidade era menor em comparação com a São Paulo Light porque havia três instâncias para a Rio Light gerenciar: a Federal, a municipal e o antigo Estado do Rio de Janeiro, capital Niterói – enquanto em São Paulo havia em quase totalidade relacionamento da São Paulo Light com a Prefeitura. Também pelo fato de ser ainda Distrito Federal, uma parte do atual município do Rio de Janeiro tinha sua rede elétrica subterrânea – ao contrário de São Paulo, cujo custo é muito maior do que uma

⁸Por mais que se utilize o termo fusão de forma genérica, na prática ocorre uma incorporação de uma empresa pela outra em face dos menores custos financeiros e de transação. No caso em tela, ironicamente, a atual Light no Rio de Janeiro, foi incorporada a Light São Paulo e renomeada com o termo que foi usado antes da criação do atual grupo Light S/A: Light Serviços de Eletricidade S/A.

linha área, o que criou uma certa reserva da Brazilian Traction Light and Power em investir no Rio de Janeiro dada a menor rentabilidade.

É o que é ratificado pelo depoimento do último Presidente da Light canadense a Memória da Eletricidade, Alexandre Henrique Leal, (Leal, 1991):

“Entrevistadora: Como era a relação financeira entre as subsidiárias da Light? Quando a de São Paulo dava lucro e a do Rio estava deficitária, isso era compensado? Elas eram financeiramente estanques?”

Alexandre Leal – Não. Isso devia ser compensado no Canadá. No Canadá é que eles deviam naturalmente pegar... a matriz devia pegar e dizer?: “Bom, São Paulo deu tanto, o Rio perdeu tanto. Estamos com o lucro ainda de tanto [...]”

Ou de acordo com a Palestra do Diretor de Planejamento da Light⁹, logo após ela ser estatizada e incorporada a Eletrobrás (Mello, 1981, p.01):

“No momento em que volta a separar os sistemas, convém relembrar os motivos da fusão de 1967 e seu efeitos principais. Embora as várias companhias do grupo Light tenham estado sempre sob um controle centralizado [...]. **E dessa forma, desenvolveram-se no Rio e em São Paulo sistemas tecnicamente diferentes sendo que os custos de instalação e as despesas operacionais da Rio Light evoluíram muito menos favoravelmente que os da São Paulo Light. A empresa que servia a capital da República esteve sempre sujeita a exigências mais rigorosas em relação ao urbanismo e a qualidade do serviço e teve, além disto, um desenvolvimento de mercado em ritmo substancialmente mais lento e dirigido para o pequeno fornecimento a residências o comércio, tudo isso exigindo investimentos proporcionalmente mais altos e redes subterrâneas complexas, maior volume de instalações em tensão secundária, quadros maiores e despesas operacionais e de manutenção correspondente muito grandes** (Leal, 1991, grifo nosso).

O cenário de oferta de energia elétrica para o Rio de Janeiro revelou se desafiador durante a época da Light Canadense e do Antigo Estado da Guanabara – mas continuou mesmo na década de 1970 e 1980, conforme trecho da palestra do Diretor de Planejamento da Light em 1981 – logo após alienação do sistema São Paulo da Light a Eletropaulo, (Mello, 1981, p.01):

“Todos esses fatores levaram a que, **em 1967, já existisse uma diferença muito forte (cerca de 30%) entre os custos médios da**

⁹Presume-se ser o engenheiro Tulio Romano Cordeiro de Mello, que depois manteve o cargo tanto na Light/Brascan quanto na Light/Eletrobrás de acordo com o relatório anual da Light de 1981, (Light, 1981).

energia no Rio e em São Paulo. Existia diferença nos níveis tarifários, mas não se podia impor aos cariocas e fluminenses tarifas 30% maiores que as cobradas aos paulistas. Por consequência, a Rio Light logo evidenciou se como uma empresa de lucratividade muito baixa, não tendo, além disto, porte suficiente para captar capitais adicionais na medida reclamada pelas necessidades da expansão.

Vale notar que estou me referindo ao fim da década de 1960, quando o regime econômico financeiro proporcionava remuneração e geração interna de recursos muito maiores que as atuais e o mercado internacional de capitais era farto e oferecia dinheiro a prazos longo e juros que hoje parecem inacreditavelmente baixos” (grifo nosso).

Ou no depoimento do último Presidente da Light canadense a Memória da Eletricidade, Alexandre Henrique Leal, (Leal, 1991) numa questão de obtenção para investimentos¹⁰:

“Aí é que está o problema. A Light não tinha recursos para investimentos nessa ocasião, porque não havia meios desses recursos virem. As tarifas eram muito políticas, e não davam meios da Light criar dinheiro para investimento, que investimento devia vir de empréstimos, de coisas assim. Está bom, tinham uma certa razão, sob um certo ponto de vista. Mas a questão é que no Brasil não era muito fácil levantar empréstimos de quantias elevadas para fazer investimentos de uma usina geradora, de uma coisa dessas. E fora, os emprestadores estrangeiros também tinham suas dificuldades, porque muitas vezes o Brasil estava inadimplente em matéria de pagamento de juros e [...]” (Leal, 1991, grifo nosso).

Ou na documentação dos despachos do Ministro da Energia com o então Presidente da República Ernesto Geisel¹¹:

“O problema da Light pode tornar-se de extrema gravidade para o desenvolvimento da vida e do polo produtivo Rio-São Paulo. Basta, para tanto, que as condições permaneçam como estão, relativamente: (a) ao titular da concessão (estrangeiro); (b) à política tarifária, creditícia e de levantamento de capitais de risco, tudo de índole marcadamente nacionalista; (c) às condições dos mercados financeiros internacionais; (d) às taxas de crescimento da economia nacional.

O crescimento anual da demanda, na área da Light [Rio e São Paulo] tem sido, em média de 10%. Isto significa constituir uma nova Light a cada oito anos.

¹⁰Tal posicionamento já havia sido afirmado em palestras do então executivo da Light num seminário na Fiega em 1961 e no Clube de Engenharia em 1967 – (Leal, 1961) e (Leal, 1967).

¹¹Despacho do ministro da Energia Shigeaki Ueki com o presidente Ernesto Geisel 26.03.1974 a 15.03.1979. Fundo Ernesto Geisel. Série EG pr 1974.03.26/2. Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro.

O investimento previsto para os próximos 5 anos é da ordem de 1 Bilhão e 724 milhões de dólares ou seja, dobrar tudo que foi feito em 76 anos”
“A mudança de escala dos serviços, como decorrência da aceleração da economia nacional; a superação dos contratos de concessão celebrados no início do século e não revistos apesar de ser disposição expressa de lei (Código de Águas, art. 202); **a dificuldade interna e externa de levantamento de capitais de risco em níveis apropriados; a substancial mudança no mercado financeiro internacional, com a redução de prazos de empréstimos; o não acesso de uma empresa de capital estrangeiro às fontes de recursos internos gerados pela participação compulsória dos usuários; a política restritiva de tarifas adotadas pelo Ministério das Minas e Energia de modo indiscriminado, impondo dificuldades crescentes a empresas – como a Light [...]**” (grifo nosso).

De acordo com o relatório financeiro da Light¹² de 1965 a 1981, os anos de 1974 em diante tiveram uma queda brusca na rentabilidade da empresa. Além disto, o enorme endividamento e as normas então muita mais favoráveis as empresas estatais federais e estaduais consolidaram uma fragilidade financeira que já era esperada em 1973.

Contudo, a posterior fusão das Lights no Rio e em São Paulo foi anulada pela intervenção política do Governo Figueiredo mesmo com a informação de que tal cisão iria ser muito prejudicial ao então novo e atual Estado do Rio de Janeiro, capital Rio de Janeiro, conforme analisamos na próxima seção. E isso foi muito prejudicial aos interesses do Estado do Rio de Janeiro, conforme palestra em 1981 do então Vice-presidente de Planejamento da Light, Caio Tulio Romano Mello, (Mello, 1981, p. 01):

“Ainda assim, a Rio Light foi considerada uma empresa sem perspectivas de sobrevivência isolada, e por isso promoveu-se a fusão (Mello, 1981).”

Todavia, conforme as próximas seções, com a alienação do sistema São Paulo da Light começou a ocorrer o reverso do cenário relatado no relato de Caio Tulio Romano no texto acima citado, conforme o seguinte trecho (Mello, 1981, p. 13):

“O quarto fator a ser destacado é o do que, a partir do decênio de 1950, o sistema Rio [de Janeiro] esgotou a capacidade dos aproveitamentos hidroelétricos que haviam sido construídos pela Light, a pouco mais de 60 km do centro da cidade. A partir dos anos [19]60, passou a depender, em proporção rapidamente crescente, da energia mais cara produzida pelas novas usinas de Furnas, inicialmente no Rio Grande e depois em Santa Cruz e Funil. Em futuro próximo, passará a receber a energia da nuclear de Angra e da distante Itaipu.

¹² (Salomão Neto, 1981, p.08)

Essas circunstâncias elevaram progressivamente o custo da energia distribuída; e as tarifas de venda aos consumidores da área Rio [de Janeiro] somente não se tornaram proibitivas por que, em 1967, promoveu-se a fusão da Rio Light com a São Paulo Light que, na época, comprava menos energia externa e tinha um sistema e um regime operacional que permitia vender energia por um preço sensivelmente menor” (grifo nosso).

5 TECNOCRACIA E PLANEJAMENTO NOS GOVERNOS MILITARES E O CASO LIGHT

A narrativa oficial nos governos civis-militares dos Ministros da Fazenda, Planejamento e do Ipea desde 1964 era do planejamento governamental a partir de critérios técnicos e racionais, no mesmo estilo retratado em (Martins, 1974) ou (Amorim, 1994a; 1994b e 1984). Não se questiona que muitos aspectos do Diagnóstico Preliminar da Economia Brasileira realizado pelo então EPEA, atual Ipea, tenham fornecido diretrizes para o planejamento de políticas públicas e econômicas – principalmente na gestão do Ministro do Planejamento Reis Veloso (1970 a 1979).

Todavia, diversas análises revelam que por detrás dos discursos, predominavam decisões políticas individuais dos Presidentes da República Medici, Geisel e Figueiredo sem nenhum amparo técnico: o primeiro no caso da construção da rodovia Transamazônia; o segundo da intervenção e fusão no então Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, capital Niterói e nos casos da compra da Light Canadense pela Eletrobrás¹³ – e posteriormente a alienação do sistema São Paulo a Estado de São via a criação da Eletropaulo em 1981.

No primeiro caso, temos o relato sobre a decisão da construção da rodovia Transamazônica pelo Presidente Medici, conforme trechos da entrevista (Delfin Neto, 2003) do então Ministro da Fazenda Delfin Neto em 2003:

“A decisão [sobre a construção da Transamazônica] aconteceu numa viagem de avião. Eu [Delfin Neto, Ministro da Fazenda] e o

¹³A interlocução pela venda da Light a Eletrobrás foi muito facilitada pelo fato das cúpulas dos governos Geisel e Castelo Branco serem muito próximas da Light e da Brascan: havia integrantes comuns no IPES, grupo de lobby criado para derrubar o Presidente João Goulart, como o General Golbery Couto e Silva – chefe do Gabinete Civil do Presidente Geisel, e o então Presidente da Light Antônio Gallotti e o respectivo Diretor de Comunicação Social Rubens Fonseca – (Dreifuss, 1986, p. 174). Todavia, se havia a expectativa do término da quase totalidade dos contratos de concessão da Light/Brascan em 1990 avaliações da própria Light e do Ministério das Minas e Energia a colocavam como uma posição muito frágil em face dos diversos estímulos ao setor estatal e a dificuldade extrema de captação de recursos por uma empresa privada, que no caso da Light apresentava um enorme endividamento a partir de 1974.

presidente Médici estávamos voando de Manaus para Recife [...]. Médici viu a mata de cima, virou-se para mim e disse: “Temos de fazer alguma coisa. Quero abrir uma estrada para aliviar as pressões sociais”

“Logo que pousou, Delfim tomou medidas práticas. [...] O dinheiro foi destinado à construção dos 5 mil quilômetros da Transamazônica. Com o dinheiro garantido, a obra começou rapidamente. **Ali, como várias outras vezes no modelo econômico da época, a vontade dos generais prevaleceu sobre a questão técnica. Como admite Delfim, o projeto grandioso foi iniciado sem que estudos sobre seu impacto na região fossem sequer realizados.**”

“Ninguém sabia as consequências da ocupação. **A fórmula se mostrou absolutamente inconveniente.** Ninguém investigou cientificamente o que se podia fazer lá”, afirma hoje o ex-ministro. E lava suas mãos: “Eu cumpri a minha obrigação, arrumei o dinheiro” (Grifo nosso).

Na última, e talvez única, entrevista do ex-Presidente Medici a um jornalista (Scarteznini, 1985) foi relatado num prefácio escrito pelo coronel Jarbas Passarinho uma conversa sobre os prós e contras da construção da Transamazônia com o núcleo duro do gabinete presidencial¹⁴ tendo o então Presidente da República se decidido pela construção (Scarteznini, 1985, p. 08/09). Todavia, coerente com o depoimento citado de (Delfin Neto, 2003), o insuspeito trecho da reportagem com ex-presidente feita por (Scarteznini, 1985, p.39), em que alega:

“Com o dedo, o ex-presidente percorre o mapa [da região do sítio de San Pedrito no Rio Grande do Sul] e demonstra que a estrada entre Bagé e Santana do Livramento não deveria passar dentro da cidade de Dom Pedrito, mas bem ao largo – assim, serviria diretamente a uma área mais importante do ponto de vista econômico. [frase em discurso direto do ex-presidente Medici] – mas, por escrúpulo, eu não permiti que a estrada seguisse o caminho mais racional – observa a mim [o Jornalista Antonio Scarteznini] e a J. A. Lopes – [frase em discurso direto do ex-presidente Medici] se permitisse, a estrada passaria pela minha fazenda.”

No segundo e terceiros casos, mesmo com um elevado risco jurídico e controverso apoio político, tanto o Governo Geisel quanto Figueiredo tiveram uma preocupação em blindar a Presidência do ponto de vista de responsabilização jurídica por decisões presidenciais – considerando que a reputação do ex-Presidente Medici foi muito afetada pelo insucesso da tentativa de construção da Transamazônica - que, mesmo contrárias a

¹⁴ O núcleo duro do Gabinete da Presidência: os Ministros do Gabinete Civil, Gabinete Militar, SNI e Planejamento – além dos Ministros dos Transportes e Agricultura e o Coronel Reformado Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação e Senador licenciado pelo Pará que participaram da reunião sobre a construção da rodovia da Transamazônia.

diversos pareceres, eram tomadas. Foram os Casos da intervenção e Fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, capital Niterói (Falcão, 1974) nos termos de despacho com o então Ministro da Justiça em 1974 Armando Falcão:

“Prontos os textos, revistos eles pelos Ministros da Justiça, do Planejamento, pelo Chefe do Gabinete Civil e por outras altas autoridades do primeiro escalão governamental, além do líder **[do governo na Câmara dos Deputados]** Celio Borja, o presidente, data vênha, os submetia ao crivo de dois ou três juristas eminentes, por uma medida de prudência e cautela, que não me parece demasiada ou desnecessária. Ao contrário, dada a repercussão que a iniciativa governamental terá, inevitavelmente, na vida da Guanabara e do Estado do Rio, **o presidente precisa ficar muito bem resguardado, do ponto de vista jurídico-constitucional, quanto às suas responsabilidades como Chefe do Estado, no presente e no futuro**¹⁵ [...] (grifo nosso).

A intervenção e fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro foi uma decisão política e individual do Presidente da República Ernesto Geisel, com a hipótese, ou ilação no presente momento de redação deste artigo, da ascendência individual do então Presidente da Fiega, Mario Ludolf, no grupo político militar de Castelo Branco, Golbery Couto e Silva - e Orlando e Ernesto Geisel -conforme seu depoimento ao Cpdoc/FGV (D’Araujo; Castro, 1997, p.385):

“Entrevistador(a): quem foi o mentor da fusão ?
Resposta do Presidente Ernesto Geisel: **“Isso já estava nas minhas cogitações antes de assumir a Presidência da República. Já era um assunto que se analisava e desde então foi acertado.** Depois aprofundou-se o estudo. Golbery [chefe da Casa Civil], Heitor [de Aquino, assessor do Presidente]; Petrônio [Portela, Líder informal do Governo no Congresso Nacional] prepararam a solução. Estudou-se como tinha que fazer e preparou-se a legislação. Reclamaram de eu não ter feito um plebiscito. **Ja ser dispendioso e eu não pretendia mudar minha decisão**” [...] (grifo nosso).

No caso da alienação do sistema São Paulo da Light, novamente foi uma decisão pessoal e individual do Presidente Figueiredo. Havia uma narrativa presidencial de racionalidade, conforme a entrevista¹⁶ com os Jornalistas citada a seguir Bittencourt e Lima in (Folha de São Paulo, 1991, p.81):

¹⁵ Repare-se na nota de rodapé 22 deste texto.

¹⁶(Farhat, 2007, p. 306) apresenta a atipicidade da entrevista e seus desdobramentos políticos.

"Figueiredo: E o que vocês querem fazer? Privatizar a Petrobras?

Figueiredo: O sr. topa?

Figueiredo: Eu topo. Mas relacionem aí quatro ou cinco grupos privados brasileiros que teriam dinheiro para comprar a Petrobras. E não é só a Petrobras, não. Quem é que tem dinheiro neste país para comprar a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional? Quem tiver que se apresente. Que eu saiba, não há ninguém. **Mas o empresário brasileiro é engraçado: a privatização de que ele tanto fala é na verdade doação. Bom, assim, eu já disse para o presidente Geisel, até eu quero.** Vejam o caso da *Borregard*. Quando os noruegueses desistiram do negócio, apareceu um grupo paulista interessado em assumi-lo e que realmente tinha condições de tocá-lo. Mas aí entrou a política, os gaúchos reclamaram que isso era imperialismo paulista, que eles poderiam perfeitamente assumi-lo. Isso acabou sensibilizando o governo. Porém, o grupo não tinha recursos para comprar a parte dos noruegueses. O governo deu 200 milhões [de cruzeiros] para isso. Eles estão querendo mais 700 milhões para não falir. Então como é que vamos privatizar a Petrobras ou a Vale do Rio Doce?" [...] (grifo nosso).

Da mesma forma, a decisão individual do Presidente Figueiredo foi de não fazer a copa do mundo de futebol no Brasil em 1986 era de uma decisão supostamente técnica e de um estadista, conforme relato do seu próprio filho (Almeida, 2013):

"Filho, neste momento, o Havelange está me sugerindo realizar a próxima Copa do Mundo no Brasil e eu vou dar uma resposta a ele com o seu testemunho: "Havelange, você conhece uma favela do Rio de Janeiro? Você conhece a seca do nordeste? Você conhece os números da pobreza no Brasil? **Com essa realidade, você acha que eu vou gastar dinheiro com estádio de futebol?** Não vou! E, enfie essa tal de Copa do Mundo no buraco que você quiser, que eu não vou fazer nenhuma coisa destas no Brasil!" (grifo nosso).

Ou no depoimento de Said Farhat, (Farhat, 2007, p.35), então Ministro das comunicações então Presidente Figueiredo, no qual destaca a narrativa do então presidente em desmerecer os pequenos e grandes interesses da micropolítica: (Farhat, 2007, p.35):

"Vi sobretudo o que motiva decisões. Figueiredo confidenciava: "Você pensa que as pessoas vem aqui [refere-se ao gabinete do Presidente da República no 4º andar do Palácio do Planalto] tratar de Brasil? Cada um que senta nesta mesa [de reuniões em grupo no citado gabinete] tem em mente, em primeiro lugar, os seus interesses. Se os dos Brasil coincidirem, então tudo bem" [...]

No caso da alienação do subsistema São Paulo Light ao Governo de São Paulo, também houve pareceres do próprio governo federal que alertaram para não somente o risco jurídico, mas também para os impactos que tal decisão teria na Light do Rio de Janeiro. A separação

em tela teria que ter aval dos bancos que emprestaram recursos financeiros a Light de acordo com todos os contratos assinados¹⁷. A exposição de motivos nº 100, de 4 de junho de 1980 – publicada no Diário Oficial da União de 06/06/1980 não era o que se considerasse como um texto técnico imparcial que tivesse fundamentos econômicos ou jurídicos para a cisão da Light: apenas ratificava uma decisão já tomada de natureza política e de caráter individual do então Presidente Figueiredo. (grifo nosso).

“Proteção necessária ao chefe do executivo”¹⁸

Várias rotas podem ser formuladas. Entretanto, diante das premissas estabelecidas, procurou-se um caminho simples e direto. **Pretendeu-se isentar a figura do chefe do poder executivo de uma participação direta, ou mesmo indireta**, em suboperações que, por envolverem quase sempre decisões subjetivas e em níveis hierárquicos mais baixos, são suscetíveis de controvérsias e, por conseguinte, de explorações políticas. [...]

É muito provável que o fato de não ser concedido, pelo menos no momento, tratamento idêntico ao subsistema Light Rio, provoque críticas e reclamações na imprensa e mesmo no congresso nacional. A rigor, sob esse aspecto, pode-se afirmar que não há argumentos que, de modo peremptório, fulminem tais críticas.

O item conveniência é o que parece mais bem se ajustar a uma boa linha de defesa que poderia estar baseada nas elevadas necessidades de investimentos que estão a exigir os serviços de eletricidade no Rio de Janeiro e que, no momento, não são inteiramente compatíveis com a capacidade de investir daquele importante Estado” (grifo nosso).

O citado documento tem parecer do então Procurador Geral da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito de Queiroz, no que se refere aos riscos jurídicos e políticos da “Operação transferência.”

O que teria então determinado que o presidente Figueiredo tivesse a decisão política de alienar o sistema São Paulo da Light?

Uma hipótese seria apresentada pelo ex-presidente da CERJ, Eletrobrás e de depois Light/Rio-Minas, Engenheiro Jose Alqueres em depoimento à Memória da Eletricidade, (Alqueres, 2024, p. 75).

¹⁷Serviço Nacional de Informações, Venda da Light – nova hipótese (cópia do documento, de 11 de Fev[reiro] de [19]81 de autoria do prof. Barbalho - MME. Fundo Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional.

¹⁸ Tratava-se de proceder a alienação do sistema São Paulo da Light a Eletropaulo de forma que o Presidente da República não tivesse nenhum risco de responsabilização judicial, como ocorreu no caso da fusão e intervenção nos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, capital Niterói – veja nota de rodapé 20 deste texto.

“Entrevistador(a): Em 1981, a Eletropaulo incorporou o sistema paulista da Light. Como você viu essa separação?

Jose Alqueres: o Aranha [1º presidente da Light/Eletróbrás] resistiu bastante. O governador de São Paulo, Paulo Maluf, fez uma pressão sobre o presidente da república [....]”.

Outra hipótese ou especulação, pois não existem disponíveis depoimentos ou acervos textuais que fomentem uma hipótese robusta sobre a singular decisão individual de alienação do sistema São Paulo da Light, seria o excessivo personalismo do Presidente Figueiredo.

O inconformismo de integrantes da cúpula da carreira na Light/Brascan em São Paulo com a troca de controle acionário da Brascan para a Eletrobrás provocou uma “costura política” de integrantes da Light/São Paulo que tinham relacionamento pessoal com o então Presidente da República e que foram marginalizados com a transferência da Light para a Eletrobrás em São Paulo, conforme análise a seguir.

No caso do sistema São Paulo, havia também um fator interno de cultura organizacional da então Light Serviços de Eletricidade S/A, organizada em 1967, referente as diferenças de cultura empresarial entre as duas empresas, então entidades isoladas com o mesmo controle acionário da *Brazilian Traction, Light and Power*, depois renomeada Brascan no mesmo ano citado. Ou de acordo com um dos depoimentos de funcionários egressos da São Paulo Light citado em (Boa Nova, 2002:70-71):

“Até a aquisição pela Eletrobrás, o sistema de São Paulo era maior do que o Rio de Janeiro, mas nós tínhamos da ordem de 14 mil funcionários. E no Rio, havia 15 mil: apesar de ser uma empresa privada, era inchada (...) O fato de ser capital da república, onde se precisava acomodar amigo de não sei quem, entendeu? **Havia muito isso. São Paulo era mais linha dura**¹⁹”

“Na Pesquisa [da Light a Eletropaulo], foram ouvidos alguns comentários semelhantes a este, dando a entender que havia **um certo estranhamento entre Rio e São Paulo. Seria interessante saber como eram vistas do lado carioca**” (Grifo nosso).

Ou no depoimento do último presidente da Light/Brascan (Leal, 1991): “Porque São Paulo era também do mesmo grupo da Light, **mas em São Paulo havia um grupo de ingleses que era mais duro**” **Grifos do Pesquisador**

¹⁹O diagnóstico da Light no Rio de Janeiro feito pela Eletrobrás quando assumiu o controle acionário ratifica o depoimento citado (Mello,1981).

O presidente Figueiredo foi comandante da Força Pública (atual Polícia Militar) de São Paulo durante a intervenção branca feita pelo governo federal no Estado de São Paulo com a cassação do mandato do então governador Ademar de Barros em 1966, sendo substituído pelo Vice Laudo Natel que solicitou ao então Presidente da República, (Castro, 2010, p. 90-91) ao General Castelo Branco, a indicação de nomes para o Secretariado Estadual. Foram então feitas 3 recomendações, entre elas a do então Coronel João Batista Figueiredo.

A composição do secretariado do governador Laudo Natel tinha também com secretário de Fazenda o futuro ministro da fazenda e Planejamentos dos Governos Medici e Figueiredo, Delfin Neto – amigo pessoal do então Presidente Figueiredo. Além deles, o então coordenador de São Paulo e consultor Jurídico da Light Miguel Reale foi entre 1969 a 1973 reitor da Universidade de São Paulo e tinha ótimo relacionamento pessoal com Laudo Natel, amigo do ex-presidente Figueiredo, e com os governos militares, tendo sido um dos responsáveis pelo arcabouço jurídico da empresa Itaipu Binacional.

Especula-se, conforme a análise desenvolvida nos próximos parágrafos, que pode ter ocorrido uma costura política entre Miguel Reale, Delfim Neto e Laudo Natel junto com o então Presidente Figueiredo para alienação da Light em São Paulo, dado que era fato notório a antipatia dele²⁰ com Paulo Maluf²¹.

A transferência da Light para a Eletrobrás alterou as expectativas de ascensão na carreira da empresa ou reduziu a força política de alguns membros da cúpula, conforme análise de (Souza, 2002, p. 79) ou o depoimento colhido por (Boa Nova, 2002, p. 68):

“Na Light/[Brascan], se sabia quem mandava, que a empresa tinha dono, [...] Quando entrou a Eletrobrás, já começou a haver uma balança nos conceitos”

“E começamos a sentir as primeiras bordoadas. Aí vieram mais militares, mas assessores, mais gerentes ... Pessoal do Rio [de Janeiro], do Nordeste, de Brasília, da Eletronorte ... e começamos a perceber o que era uma empresa estatal” (Grifo nosso).

²⁰“Semanas antes, fotógrafos presenciaram, no gabinete presidencial, um entrevisto entre o general-presidente e o então presidenciável por seu partido, Paulo Maluf. Figueiredo, que preferia Mario Andreazza como candidato do PDS, estava visivelmente mal-humorado. Maluf, ao ver os fotógrafos, pediu: “Sorria, presidente”, e ouviu uma resposta atravessada: “Estou na minha casa e fico como eu quero”. Os fotógrafos relataram a conversa nas redações e fizeram com que o diálogo chegasse às primeiras páginas dos jornais.” **Máquinas no chão contra Figueiredo: Fotógrafos cruzam os braços em protesto contra general-presidente** In <https://memorialdademocracia.com.br/card/fotografos-protestam-contra-figueiredo>. Acesso em 22 fev. 2025.

²¹(Dimenstein; Negreiros; Noblat; Lopes e Fernandes, 1985, p. 30 e 38).

Esse processo também aconteceu no sistema Rio da Light, que preservou em sua cúpula parte dos oriundos da Brascan (Light, 1979), como o Vice-Diretor de Planejamento Caio Tulio Romano Mello, conforme depoimento de (Alqueres, 2024, p. 65):

“Logo no primeiro dia, o meu principal subordinado **[funcionário de carreira oriundo da Light/Brascan]** se posicionou na minha frente e falou que eu estava sentado na cadeira dele. **Em tom de lamúria, afirmou que a cadeira seria dele se houvesse mérito e que esperava por esse lugar havia anos. [...]** Outros que tiveram comportamento igual, em outras áreas, quase foram demitidos. O que ele havia dito era correto, porém. Com 50 anos, era muito mais experiente do que eu, com meus 35 anos. Expliquei que o meu sentido era trazer novas visões e, em princípio, gostaria que ele continuasse.” (Grifo nosso).

No caso de São Paulo, alguns integrantes não da cúpula, mas da alta cúpula da Light em São Paulo foram marginalizados. Esta informação decorre do fato de que a Light Canadense nunca foi monitorada pelos Serviços de Inteligência militares, como o SNI, e passou a ser monitorada com a transformação dela como Estatal federal. Neste contexto, foi feita uma denúncia anônima na agência de São Paulo do SNI, (Serviço Nacional de Informações, 1980), cujo relatório destaca que:

“Com essas alterações, confirmou-se a existência de alguns ex-diretores que estão “encostados”, tais como:

“1) Luiz Teixeira Alves de Lima – Ex Diretor de Engenharia e Tecnologia

2) Ruy Bessone Pinto Corrêa – Ex diretor de Relações Trabalhistas

3) Miguel Reale – Ex Diretor Vice-Presidente de Coordenação São Paulo

4) Willian James Crocker – Ex Diretor Vice-Presidente de Coordenação São Paulo

Alguns destes ex-diretores foram reclassificados para a consultoria da empresa, ficando com suas funções reduzidas²²” (Grifo nosso).

O personalismo do Presidente Figueiredo é destacado no depoimento do Presidente Ernesto Geisel no que tange a escolha do ministro em seu mandato presidencial, (D’Araujo; Castro, 1997, p.436):

²²SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Empresa Light – serviços de Eletricidade S/A, ACE 5098/1980: informe nº3131/117/ASP/1980. Agência São Paulo, 1980. Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

“Aos poucos foi fazendo o governo [do Presidente Figueiredo] com a equipe que tinha sido do Médici [onde Figueiredo foi Chefe da Casa Militar da Presidência da República]. Eu achava isto comodismo. Para não ter o trabalho de procurar auxiliares entre os homens públicos ou políticos que existiam, por comodismo, por excesso de camaradagem e amizade, ele escolhia os que tinha conhecido no governo Médici. Mas não se faz um governo à base de amigos. Faz-se um governo escolhendo criteriosamente. Aí é que está o problema” (Grifo nosso).

Ou no caso da decisão presidencial de não investigar o atentado do Riocentro no Município do Rio de Janeiro em 1981(D’Araujo e Castro, 1997, p.437):

“Sempre fazendo uma ilação, pois não tenho dados positivos, acho que Figueiredo preferiu ficar com os companheiros de farda em vez de apurar direito o fato [atentado do Riocentro]. [...] Figueiredo tinha sido muito soldado, tinha suas ligações com o Exército e possivelmente colocou isto em primeiro lugar” (Grifo nosso).

Ou seja, trata-se de uma ilação deste pesquisador, mas a hipótese considerada mais provável é que mesmo com pressão do Governador de São Paulo Paulo Maluf, o fator decisivo para a alienação do sistema São Paulo da Light e a criação da Eletropaulo foi a camaradagem com políticos de São Paulo construída na época em que o ex-presidente Figueiredo foi Chefe da PM/SP – nos quais pode ser talvez ser incluído o marginalizado Miguel Reale na transferência da Light Canadense para o governo federal.

6 A LIGHT/ELETOBRÁS E A CISAÇÃO DOS SISTEMAS RIO DE JANEIRO/SÃO PAULO

A transferência da Light da Brascan para a Eletrobrás aconteceu no final de 1978. Houve pressões e diligência do então Governador do atual Estado do Rio de Janeiro entre 1983 a 1986, Leonel Brizola, para que o sistema Rio da Light fosse estadualizado. Havia, todavia, forte resistência a ideia na cúpula da empresa, assim como a falta de apoio político da Presidência da República, expresso por exemplo na atuação do ex-presidente da Light, mas muito associado a cúpula da empresa do Rio de Janeiro que, em grande parte, era da época do controle acionário canadense, conforme trecho de (Gaspari, 2016, p. 297):

“Fechara-se o círculo [21 anos de governos militares iniciados em 1964]. Na última noite de 1984, o empresário [e Advogado e então Presidente da Brascan - e ex-presidente da Light, 1955-1974], discreto articulador do empresariado, estava com seu eterno sorriso na casa do jornalista Ibraim Sued: “É uma sorte que depois de vinte anos a gente saía dessa com o Tancredo [Neves]” Nessas duas décadas ele dirigira o grupo Light, [...] Negociara a estatização dessas empresas e, num encontro recente com Tancredo [Neves], obtivera dele a garantia de que não entregaria seu controle ao governador Leonel Brizola” (Gaspari, 2016, p. 297).

Conforme relato de Caio Romano Tulio Mello em carta ao então Presidente da Eletrobrás Mauro Bhering, a cisão foi extremamente prejudicial a Light²³. Na análise dos processos judiciais Light x Eletropaulo na Justiça Federal e no Tribunal de Justiça de São Paulo nos fundos Paulo Richer e Caio Tulio Romano Mello, existem diversos documentos anexados pela Light no sentido de que a alienação do sistema São Paulo na prática foi uma doação muito generosa, nada técnica e extremamente política e prejudicial ao fornecimento de Eletricidade no Rio de Janeiro pois a Eletropaulo não pagou o combinado, conforme carta do então Presidente da Light Caio Tulio a Presidente da Eletrobrás, Mario Bhering²⁴:

“É muito difícil sustentar que a estatização da Light pelo Governo Federal tenha trazido benefícios de qualquer espécie para os país ou, pelo menos, para os consumidores²⁵. **É certo, entretanto, que se pode provar que a venda do sistema São Paulo ao Governo Estadual trouxe prejuízos para os consumidores paulistas, para a Light, para a Eletrobrás e, também, para o próprio comprador do Estado de São Paulo**” (grifo nosso).

O que é ratificado no depoimento de (Alqueres, 2024, p. 65):

²³ Fundo Paulo Richer. Memória da Eletricidade/Rio de Janeiro. Código PRH.S14. D02.01

²⁴ Fundo Caio Tulio Romano Mello. Carta ao Mario Bhering. 22/07/1985. Rio de Janeiro. Memória da Eletricidade. Código CP TR dossiê 11. p3

²⁵ Trata-se de uma afirmação bem polêmica. Além das dificuldades da concessão da Light na década de 1970 citadas na nota 16 deste artigo, a transferência da Light a Eletrobrás aumentou os salários na empresa, e ainda permitiu tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo a eletrificação de comunidades; a implantação de atendimento telefônico via voz e a implantação de Centro de Difusão e conservação dos inestimáveis acervos textual, audiovisual e iconográficos, (Boa Nova, 2002, p. 68, 71, 72, 81 e 103), hoje a Fundação Energia e Saneamento em São Paulo e o acervo Histórico empresaria da Light no Centro Cultural Light no Rio de Janeiro.

ARTIGO | A Precária Infraestrutura de Oferta de Energia Elétrica para a Industrialização do Rio de Janeiro no Caso da Alienação do Sistema São Paulo da Light: uma Nota de Pesquisa

“Entrevistador(a): Em 1981, a Eletropaulo incorporou o sistema paulista da Light. Como você viu essa separação?

Jose Alquieres: [...] E, dentro dos “entendimentos republicanos”, **aquilo [o sistema são Paulo da Light] foi passado sem pagamento, “Pagarei pela Eletropaulo não sei quantas e quantas mil promissórias”**. Foi preciso criar na Eletrobrás uma empresa chamada Lighpar, que recebeu os títulos. Ou seja, criou-se uma dívida do governo de São Paulo não com o Governo Federal, mas com a Eletrobrás, que era uma empresa do governo federal, representada pelo valor patrimonial” (grifo nosso).

Além disto, num Estado com problemas de fornecimento de energia como o Rio de Janeiro teria mais dificuldades de utilizar a energia excedente de São Paulo, conforme deduz-se no depoimento de (Leal, 1991):

“[...] o Rio **[de Janeiro]** era muito dependente da usina de Ribeirão das Lajes, [...], cujo abastecimento dependia de São Pedro: era as chuvas. Então, num ano seco, havia esse problema de racionamento no Rio, provocado pela falta de chuva no reservatório de Ribeiro das Lajes. **Isso só foi parcialmente resolvido com a ligação com São Paulo, porque aí passou a haver meios de trazer energia de São Paulo para o Rio [de Janeiro] quando havia falta aqui [de energia]**” (grifo nosso).

Na hipótese contrafactual de que a Eletropaulo teve pago a dívida, mesmo em um contexto cuja alienação foi radicalmente prejudicial a empresa, a Light teria algum reforço no fluxo de caixa contábil, conforme depoimento de (Mello, 1981, p. 14):

“Os efeitos da venda do subsistema São Paulo já começaram a fazer sentir em 1981: a remuneração não ultrapassará a taxa de 7,8 %, não haverá disponibilidade de recursos operacionais (valor negativo de Cr\$ 6,8 Bilhões), **mas o pagamento inicial feito pela Eletropaulo levará a Cr\$ 6,1 Bilhões o total de recursos próprios que, somados aos novos capitais acionários e aos empréstimos tomados garantirão, no ano, os Cr\$ 13,9 Bilhões de recursos, para execução do programa de obras**” (grifo nosso).

Ou seja, segundo o então vice-presidente de planejamento da Light, Palestra do Diretor de Planejamento Empresarial ao Conselho de Administração da Light, em 1981 (Mello, 1981, p. 16):

“Concluindo: o combate a inflação exige, no momento, uma rígida política de contenção nos gastos. Mas isso não significa – nem exige – que se deixe de dar à Companhia condições de rentabilidade mínima que garantam sua sobrevivência. **A venda do Subsistema São Paulo proporcionará, durante algum tempo, recursos para investir na**

indispensável recuperação e expansão, mas esse alívio temporário no fluxo de caixa não significa que se possa delongar as medidas para aumento de geração de recursos próprios, **hoje insuficientes para atender ao serviço da dívida e a remuneração dos acionistas**” (grifo nosso).

Além do calote da Eletropaulo, a dívida só foi paga quando foi feita a privatização da Eletropaulo em 1997, sem nenhum valor repassado a Light – que em 1996 foi privatizada para a EDF. Ou seja, o prejuízo para investimentos em distribuição na área de concessão da Light foi irreversível.

Mas o calote da Eletropaulo gerou diversos problemas para o fornecimento de energia no Rio de Janeiro, e por limitações de espaço editorial apenas utilizaremos a manifestação do então Governador do Rio de Janeiro entre 1986 a 1989, (Auler, 1988):

“Para ele, [o então governador do Estado do Rio de Janeiro] uma solução inicial seria a empresa apressar a cobrança do crédito de US\$ 130 milhões que tem junto a Eletropaulo, estatal paulista que não paga seus débitos junto à Furnas (por compra de energia) e a Light (uma dívida antiga, consequência da compra da Light de São Paulo)” (grifo nosso).

E numa situação manifestamente prejudicial aos interesses do então Estado do Rio de Janeiro, o Sistema São Paulo foi na prática “doador” ao Estado de São Paulo em 1981, sendo separado do Rio de Janeiro. Formalmente, houve uma alienação na qual a Light Rio, então Light Serviços de Eletricidade S/A teria metade do controle acionário da Eletropaulo com mais o pagamento da venda, forçada por um ato individual do presidente Figueiredo. Todavia, a Eletropaulo fez como política dar calote na Light, tendo a última ajuizado ação judicial no TJ/SP pois tal contexto retirava da Light no Rio de Janeiro recursos para a própria empresa. E quando finalmente a dívida foi paga pela Eletropaulo, o recebimento dos valores ficou com a Eletrobrás – e não com a Light.

Mesmo se a Light não tivesse sido privatizada quanto do pagamento da dívida da Eletropaulo e recebido os valores devidos, a cisão foi um péssimo arranjo para a Light, com enorme prejuízo ao fornecimento de energia no Estado do Rio de Janeiro.

“Ao ter o controle acionário adquirido pela Eletrobrás, em 1979, a Light já encontrava sérias dificuldades para captar os recursos necessários para sua expansão. [...] A venda do sistema São Paulo à Eletropaulo, em 1981, transferiu para aquela companhia estadual esse grave problema e, para o Estado de São Paulo, a responsabilidade de obter recursos para pagar a compra e

financiar a expansão. [...] Não foi isto que ocorreu. Em primeiro lugar, por que o Estado de São Paulo não supriu a Eletropaulo com o capital indispensável e, com isso, aquela empresa até agora [...] não logrou-se equilibrar-se. Para manter-se, vem, inclusive, deixando de pagar a Eletrobrás as quotas de reversão e de garantia [...]que repercutiu no lucro da Light sob a forma de resultado negativo na participação acionária²⁶” (grifo nosso).

Entre outras obrigações contratuais não cumpridas pela Eletropaulo a Light, a mesma não pagou parcelas da venda do subsistema desde novembro de 1988 e outras anteriores; não pagou juros anuais das debêntures desde 1987 e outras séries de debentures com vencimentos em 1992, 1993 e 1994; não pagou corretamente os juros das debentures e os dividendos devidos a Light entre os anos de 1981 a 1991²⁷.

Os citados calotes da Eletropaulo com a Light geraram o seguinte contencioso judicial: na 1º Vara Federal em São Paulo, duas ações ordinárias para o recebimento de valores de dividendos e correção monetária que depois foram repassadas para a 39º Vara Cível Estadual; na 13º Vara cível estadual em São Paulo, ação referente a cobrança de valores da “venda” do sistema São Paulo da Light para a Eletropaulo e, por fim, na 9º Vara Federal em São Paulo, ação ordinária para recebimento de juros pelo calote dado pela Eletropaulo no pagamento dos debêntures.

7 CONCLUSÕES

Esta nota de pesquisa apresentou os principais diagnósticos sobre como a industrialização no Estado da Guanabara. A mesma foi travada não somente por limitações no relevo geográfico carioca e fluminense que permitissem o aumento da capacidade de geração de energia hidráulica, mas também na dificuldade de obtenção de capitais que financiassem a expansão da geração, transmissão e distribuição de energia como também as limitações tarifárias. Tal situação gerou diversas restrições na industrialização no Rio de Janeiro.

Além disto, a cisão do sistema São Paulo da Light prejudicou muito o Estado do Rio de Janeiro. O mesmo perdeu não somente as possibilidades de sinergia entre os dois

²⁶Fundo Caio Tulio Romano Mello. **Carta ao Mario Bhering. 22/07/1985.** Rio de Janeiro. Memória da Eletricidade. Código CP TR dossiê 11. P. 03

²⁷ Este parágrafo e o próximo são baseados no Fundo John Reginald Cotrim. **Documentos da Light Serviços de Eletricidade S.A referentes a pendências judiciais da Eletropaulo.** Série Participação em Conselhos Empresariais. Rio de Janeiro. Memória da Eletricidade, código CP.JRC.835 .

sistemas como também o prejuízo financeiro a Light do Rio de Janeiro pelo fato de que, para efeitos práticos, o sistema São Paulo foi doado ao governo paulista e os supostos pagamentos futuros a Light em sua quase maioria não foram feitos. Isto gerou um contencioso jurídico da Light com a Eletropaulo nas Justiças Federal e estadual em São Paulo.

Todavia, essa dívida só foi sanada em 1996 quando a Light foi privatizada para o grupo Électricité de France S/A (EDF) para viabilizar a privatização da Eletropaulo – mas os recursos foram para a Eletrobrás, e não para investimentos em infraestrutura de energia elétrica na Light no Rio de Janeiro.

Conclui-se este artigo com duas hipóteses entrelaçadas para outras pesquisas²⁸: e se o governo federal tivesse investido na expansão de Furnas para o Rio de Janeiro, na mesma estratégia de atuação da CESP em São Paulo nas décadas de 1960 e 1970? e se os recursos investidos na construção de Brasília tivessem sido investidos numa ação governamental de Furnas para aumentar a oferta de energia elétrica para o Rio de Janeiro, capital Niterói e o então Distrito Federal no Rio de Janeiro?

O ponto de partida destas duas hipóteses é enquanto a área dos antigos Estados da Guanabara e do Distrito Federal no Rio de Janeiro (1933-1960) era atendida por uma empresa privada, Light; em São Paulo havia a própria Light e a estatal paulista CESP – mas Furnas nunca foi pensada para ter uma atuação no DF(RJ) e muito menos no Estado da Guanabara como prioridade.

Neste aspecto, a análise de (Boa Nova, 2002, p.48) em que enfatiza que a excessiva preocupação da Light em “[...] reduzir os seus investimentos ao estritamente necessário ou inadiável” enquanto na CESP, segundo os dois próximos depoimentos de egressos dela: “Por sua vez, a CESP, empresa que já nasceu política, fez a “estrela”: já fez grande, para a carga²⁹ ir chegando” - (Boa Nova, 2002, p.48); ou: “A eletricidade vinha antes do desenvolvimento. A CESP era até criticada por possuir instalações ociosas. Ela já construía já prevendo uma expansão” - (Boa Nova, 2000, p.88).

Por maior que seja o potencial hidroelétrico da área geográfica de São Paulo comparado com o Rio de Janeiro, outra grande questão é que a administração pública no antigo DF(RJ) não tinha uma identidade própria como a do Estado de São Paulo - mas

²⁸Estas duas hipóteses foram inspiradas a partir do Email do Doutorando em Economia da UFRJ André Aranha, com comentários excelentes sobre apresentação que originou este estudo no “I Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (I SEERJ)”.

²⁹Neste contexto, de forma não técnica seria um equivalente da demanda por energia elétrica.

tinha uma grande ingerência da Presidência da República: no governo Vargas (1951-1954) até havia uma preocupação com o DF(RJ), (Gomes e Baptista Neto, 2015)³⁰.

Todavia, para o Presidente Juscelino Kubitschek, Minas Gerais e Brasília faziam parte do seu planejamento governamental - mas o Rio de Janeiro não; e aí o problema reside na parca identificação dos ocupantes federais com um projeto de criação de infraestrutura de energia elétrica que envolveriam outros Estados além do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, capital Niterói, dado que o grupo de egressos de Minas Gerais era muito forte em Furnas – criada a partir da CEMIG.

Furnas foi criada na mesma gestão do Presidente Juscelino Kubitschek (Boa Nova, 2000 p.30) que fez a etapa inicial de construir Brasília, ainda no Distrito Federal no Rio de Janeiro. Mas as linhas de transmissão dela foram priorizadas para Minas Gerais e São Paulo, e mesmo sendo uma empresa de economia mista federal, a mesma tinha muita influência da CEMIG e de interesses do Estado de Minas Gerais (Boa Nova, 2000 p.29-31). De acordo com o verbete “Furnas”³¹ no sítio da Memória da Eletricidade: “Em 1963 houve o primeiro acionamento das unidades geradoras de energia. **A usina foi conectada às capitais paulista e mineira por intermédio de linhas de 345 kV. A ligação direta com o Rio de Janeiro foi estabelecida em 1968**” (grifo nosso).

Uma outra hipótese é a polêmica transferência do Distrito Federal do Rio de Janeiro para Brasília: e se os recursos nela empregados tivessem sido investidos na infraestrutura de energia elétrica na atual área do Estado do Rio de Janeiro? Neste aspecto, o livro de Ronaldo Costa Couto, (Couto, 2006) notório defensor de JK e de Brasília – mesmo que partes do citado livro sejam imparciais e com uma ponderação adequada dos prós e contras da construção de Brasília, apresenta os pontos prós e contras da construção dela até do ponto de vista financeiro – apresenta a análise de que tendo recursos gerados por processo inflacionário e com caixa disponível nos então existentes institutos de previdência por categorias profissionais, os mesmos prédios construídos em Brasília no Plano Piloto foram vendidos pela Caixa Econômica Federal (Couto, 2006, p.249) – e os recursos não retornaram ao citados institutos de previdência. Ou seja, trata-se de uma hipótese para outros pesquisas: como a opção política de JK por Minas Gerais e Brasília

³⁰ Trata-se esse livro dos bilhetes do Presidente Getúlio Vargas ao seu chefe do gabinete civil, Lourival Fontes, para os anos de 1951 e 1954 num minucioso relato das relações das Administrações Públicas Federal e Municipal da antiga PDF, Prefeitura do Rio de Janeiro – 1933/1960.

³¹ <https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/499/furnas> acesso em 23/02/2024

contribuíram para o não investimento em energia elétrica para a área geográfica do atual Estado do Rio de Janeiro?

A primeira dificuldade (Teixeira, 1996, p. 28) é que a construção de Brasília tem o inusitado de ter sido construída sem contabilidade oficial registrada (Couto, 2006, p.244) - algo bem extraordinário até para a época em que foi construída. Entre diversas estimativas, pode no mínimo ter tido o custo de 36 bilhões de Dólares Norte-p Americanos no câmbio do ano de 1996 (Teixeira, 1996, p. 28). Ou 1,0% do Produto Interno Bruto do Brasil por ano em entrevista de Delfin Neto a Ronaldo Costa Couto (Couto, 2006, p.222).

E se esses recursos gastos com a construção de Brasília tivessem sido utilizados para aumentar a infraestrutura de geração e transmissão de energia elétrica para o então Distrito Federal no Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, capital Niterói? Ou conforme trechos de entrevista do pesquisador Ib Teixeira da FGV/RJ em reportagens jornalísticas, (Seabra e Dieguez, 1996) ou (Vasconcellos, 1996):

“Mas, segundo o Economista [Ib Teixeira], o preço de Brasília não se restringe ao passado. Com receita e população inferiores às de outros Estados, como o Rio [de Janeiro] e São Paulo, a capital consome, só em transferências dos recursos do Tesouro Nacional, muito mais. Em 1994, o Distrito Federal [BSB], com pouco mais de 1,7 milhões de habitantes, abocanhava mais de R\$ 1 Bilhão do tesouro [...] Como a receita de Brasília é reduzida temos que, às vésperas do ano 2000, quem banca Brasília é o tesouro”

“Em vez de gerar riquezas, Brasília sempre gerou despesas [...] Brasília gastou e vai continuar gastando muito mais, alerta Teixeira. “A cidade é um sorvedouro de riquezas e seria bom para o país que ela não fosse considerada irreversível” (grifo nosso).

Enfim, repete-se na cisão do Sistema São Paulo da Light para a Eletropaulo decisões governamentais baseadas apenas na decisão pessoal do Presidente da República mesmo com estudos indicando os riscos jurídicos de tal decisão e os impactos de tal decisão na Light no Rio de Janeiro, como também foi o caso de Brasília – só que sem estudos de nenhuma natureza, e sem levar em conta os impactos da decisão do ponto de vista de planejamento e orçamento, conforme ponderação de (Couto, 2006, p. 238 e 239):

“Não houve projeto econômico [para a construção de Brasília]. Nem mesmo estudos preliminares. A decisão foi claramente tomada no

escuro. Instinto e vontade kubitschekianos. Sem projetos, sem estimativas de investimentos, sem avaliação mínima de custos. **Nenhum estudo de viabilidade. O governo não tinha tempo e era quase evidente que um estudo convencional dificilmente concluiria pela viabilidade.** [...]

Este estilo de decisão, que reúne audácia, firmeza e voluntarismo não é monopólio de Kubitschek. **A criação de fatos consumados e a sobreposição de benefícios intuídos e prioridades anteriores ou alternativas, custos e mesmo disponibilidade de recursos é banal na história pública brasileira**” (grifo nosso).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **O presidente Joao Figueiredo e a Copa do Mundo - Paulo Figueiredo.** Disponível em: <https://diplomattizzando.blogspot.com/2013/10/o-presidente-joao-figueiredo-e-copa-do.html>; segunda-feira, 28 de outubro de 2013. Acesso em 20 jan. 2025

AMORIM, M. S. de. **Tecnocracia: saber ou poder?** Tempo Presença, Rio de Janeiro, v. 16, n.274, p. 23-25, 1994.

AMORIM, M. S. de. **Tecnocracia e democracia: tendências e impasses.** Boletim Científico do Mestrado e Doutorado Em Direito, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 33-39, 1994.

AMORIM, M. S. de. **Controle social, tecnocracia e poder político no Brasil.** In: Felipe Augusto de Miranda Rosa. (Org.). Direito e Mudança Social. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1984, v. 1, p. 93-106.

AULER, M. Jornal do Brasil, 22/08/1988 Governador cobra da Light solução para o racionamento

BÔA NOVA, A. C. **Da Light à Eletropaulo: Permanência e Mudança na Cultura de uma Empresa.** São Paulo: Escrituras, 2002.

BÔA NOVA, A. C. **Percepções da Cultura da CESP.** São Paulo: Escrituras, 2000.

COUTO, R. C. **Brasília Kubitschek de Oliveira.** Rio de Janeiro: 5 ed. Record, 2006.

D'ARAÚJO, C. e CASTRO, C. **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: FGV/RJ, 1997.

DIMENSTEIN, G; NEGREIROS, J.; NOBLAT, R.; LOPES, R. e FERNANDES, R. **O complô que elegeu Tancredo.** Rio de Janeiro: Editora Jornal do Brasil (JB),1985.

DREIFUSS, R A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1987

OS ARQUIVOS DE DELFIM. **Isto é Dinheiro.** 19/11/2003. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/os-arquivos-de-delfim/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

FARHAT, S. **Lobby: o que é, como se faz: ética e transparência na representação junto a governos.** São Paulo: ABERJE, 2007.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA GUANABARA (FIEGA)
Energia problema de todos. Guanabara Industrial, outubro de 1967, nº5, Ano v.
Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/2288597/jorge-rocha-tese.pdf>.
Acesso em: 02 abr. 2025.

FERREIRA, M. C. **História da PGE/RJ e suas antecessoras (1899-1983).** Rio de Janeiro. Pesquisa em andamento em 2025.

FERREIRA, M. C. **História do Departamento Jurídico da Light (1899-2000):** (re)configuração nas identidades de advogados corporativos. 2025. [no prelo].

BITTENCOURT, G. e LIMA, H. C. Exclusivo: Fala Figueiredo *in* **Folha de São Paulo: 20 textos que fizeram história.** Folha de São Paulo, São Paulo, 2016.

GRUPO LIGHT S/A. **Release de resultados 1/T4 da Light.** Disponível em <https://ri.light.com.br/divulgacoes-e-resultados/central-de-resultados/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GOMES, A e BAPTISTA NETO, F. **Getúlio escreve a Lourival: os bilhetes à Casa Civil da Presidência da República (1951 e 1954).** Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe. (EdiSE), Aracaju, 2015.

LEAL, A. **Alexandre Leal: Depoimento de história de vida.** Projeto Memória do Setor de energia elétrica: fase pré-operacional da Eletrobrás. Entrevista concedida ao Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

LEAL, A. Expansão do sistema de distribuição. **Simpósio sobre problemas de energia elétrica no Estado da Guanabara.** Clube de Engenharia. Rio de Janeiro 1967.

LEAL, A. Expansão do sistema de distribuição. **Simpósio sobre os grandes problemas do Estado da Guanabara.** Federação das Indústrias do Estado da Guanabara. 1961.

SOUZA, M. L. de. **Energia: Da Light à Eletropaulo: desenvolvimento e curto circuito do trabalho.** Presidente Venceslau, Letras à Margem, 2002.

Light. **Relatório anual 1978.** Rio de Janeiro, 1978.

Light. **Relatório anual 1979.** Rio de Janeiro, 1979.

Light. **Relatório anual 1981.** Rio de Janeiro, 1981.

Martins, C. E. **Tecnocracia E Capitalismo: A Política Dos Técnicos No Brasil.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 1974.

MELLO, C. T. R. **Palestra do Diretor de Planejamento Empresarial ao Conselho de Administração da Light,** setembro de 1981.

FALCÃO, A. **Despacho do Ministro Armando Falcão com o Senhor Presidente Ernesto Geisel em 24 de abril de 1974**: Decomposição dos assuntos constantes da agenda anexa. Fundo EG pr 1974.04.24/1. CPDOC/FGV-RJ, 1974.

GASPARI, E. A Ditadura acabada. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2016

TENDLER, J. **Electric Power in Brazil**: Entrepreneurship in the public sector. Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos da América: Harvard University Press. 1965.

RICHER, P. **Paulo Richer**: depoimento de história de vida. Projeto Memória do Setor de energia elétrica: fase pré-operacional da Eletrobrás. Entrevista concedida ao Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

SEABRA, C. e DIEGUEZ, C. **Construção de Brasília custou US\$ 155 Bilhões**. Jornal Impresso O Globo, Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1996.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, Empresa Light – serviços de Eletricidade S/A, ACE 5098/1980: informe nº3131/117/ASP/1980. Agência São Paulo, 1980. Fundo Serviço Nacional de Informações, Arquivo Nacional.

SCARTEZINI, A. C. **Segredos de Médici**: prefácios de Jarbas Passarinho e Paulo Brossard. São Paulo, Editora Marco Zero, 1985.

VASCONCELLOS, P. **Brasília gera despesas há 36 anos**. Jornal da tarde: São Paulo, 23/04/1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/682888>. Acesso em: 02 abr. 2025.

VIVEIROS, R. **Laudo Natel: um bandeirante**. São Paulo: Editora da Imprensa Oficial de São Paulo, 2007.

UNITED STATES AGENCY IN DEVELOPMENT (USAID). **Brazil Rio Light S/A and São Paulo Light S/A. Capital Assistance paper: proposal and recommendations for the review of the development loan committee**. Document #AID/DLC/P-Rio de Janeiro: mimeographed, June 1965

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos organizadores dos “I Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (I SEERJ)” e “III Seminário de Economia Fluminense (III SEF)” a oportunidade do texto cuja parte é origem desta nota de pesquisa, além de uma extensa rede de Arquivos e Bibliotecas no Rio de Janeiro e São Paulo: bibliotecas e arquivos da Firjan, da Eletrobrás; do Cpdoc/FGV-RJ; da Faculdade de Direito da USP; Arquivo Histórico Empresarial do atual Grupo Light S/A; Fundação Energia e Saneamento/São Paulo;

ARTIGO | A Precária Infraestrutura de Oferta de Energia Elétrica para a Industrialização do Rio de Janeiro no Caso da Alienação do Sistema São Paulo da Light: uma Nota de Pesquisa

Memória da Eletricidade/Rio de Janeiro; Arquivo Nacional e Arquivos judiciais do TJ/SP, JF/SP e TRF3.

Agradecimentos especiais na Memória da Eletricidade as Bibliotecárias Maria Assunção e Stephanie Costa; e as arquivistas Amanda Carvalho e Priscila Moita pela flexibilidade e liberalidade no acesso ao acervo em face dos exíguos prazos, viabilizando a apresentação da comunicação e redação deste artigo.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.